



**TESTE SELETIVO – EDITAL Nº 347/2013-PRH
ADVOGADO**

INSTRUÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA E PREENCHIMENTO DA FOLHA DE RESPOSTAS

- Verifique se este caderno contém 40 questões e assine-o no local apropriado.
- Confira os dados da folha de respostas e assine-a no local apropriado.
- A marcação das letras na folha de respostas deve ser feita cobrindo a letra e preenchendo todo o espaço compreendido pelos círculos, com **caneta esferográfica de tinta na cor azul ou preta**, conforme exemplo:



- Na folha de respostas não poderá haver rasuras e não poderá haver mais de uma alternativa assinalada para cada questão; caso ocorra, a questão será anulada.
- Não haverá substituição da folha de respostas.
- A prova terá duração de 04 (quatro) horas, incluindo o preenchimento da folha de respostas.
- O candidato só poderá retirar-se definitivamente da sala após 1h30min do início da prova.
- O candidato que necessitar utilizar o sanitário deverá solicitar ao aplicador de prova.
- Este caderno de prova não poderá ser levado. O candidato poderá transcrever as respostas para o rascunho abaixo e levá-lo consigo ao término da prova.

NOME DO CANDIDATO: _____

ASSINATURA DO CANDIDATO: _____

Maringá, 09 de fevereiro de 2014.

✂Corte na linha pontilhada

UEM - Edital 347/2013-PRH – Teste Seletivo para a função de Advogado.

RASCUNHO – ANOTE AQUI AS SUAS RESPOSTAS

Questões	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	
Respostas																					
Questões	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	
Respostas																					

CRONOGRAMA:

- Divulgação do gabarito e do caderno de prova: 10-02-2014, às 17 horas.
- Entrega da **Ficha de Inscrição**: 10 e 11-02-2014 na Divisão de Recrutamento e Seleção da UEM, bloco 104, sala 28, em Maringá-PR, no horário das 8h00min às 11h00min e das 13h30min às 17h00min.
- Divulgação do resultado da prova objetiva: 20-02-2014, às 17 horas, no endereço www.uem.br/concurso.
- O caderno de prova ficará disponível em www.uem.br/concurso até a divulgação do resultado da prova objetiva.

CONHECIMENTO ESPECÍFICO

Questão 01

Assinale a alternativa **correta**.

- A) Pedido de reconsideração é o pleito de reexame direcionado à autoridade imediatamente superior àquela de que emanou o ato recorrido.
- B) Representação é o meio exclusivo de denúncia de ilegalidade perpetrada por autoridade judiciária, não sendo aplicado na área administrativa.
- C) Recurso hierárquico próprio é o direcionado à autoridade diversa da que praticou o ato recorrido.
- D) Reclamação administrativa é instrumento de oposição expressa contra atos administrativos que lesem direitos ou interesses dos administrados.
- E) Recurso hierárquico impróprio é o direcionado à autoridade superior àquela que praticou o ato recorrido.

Questão 02

Assinale a alternativa que **corretamente** completa a frase: A reintegração de servidor público no Estado do Paraná

- A) só pode ocorrer mediante decisão judiciária.
- B) implica o ressarcimento dos vencimentos, mas não das vantagens do cargo.
- C) só pode ocorrer mediante decisão administrativa.
- D) implica a exoneração de quem ocupava o lugar do reintegrado ou a sua recondução ao cargo anteriormente ocupado, sem direito, em ambos os casos, a qualquer indenização.
- E) implica a exoneração de quem ocupava o lugar do reintegrado ou a sua recondução ao cargo anteriormente ocupado, com direito, em ambos os casos, a qualquer indenização.

Questão 03

Dentre os remédios constitucionais, o que tem natureza residual e subsidiária e por isso exclui a aplicação de outros dois é

- A) a ação civil pública.
- B) o *habeas data*.
- C) a ação popular.
- D) o mandado de segurança.
- E) o mandado de injunção.

Questão 04

Assinale a alternativa que **corretamente** completa a frase: O direito de pleitear na esfera administrativa prescreverá

- A) em cento e vinte dias, quanto aos atos de que decorram demissão, aposentadoria ou sua cassação e disponibilidade.
- B) em cinco anos, quanto aos atos de que decorram demissão, aposentadoria ou sua cassação e disponibilidade.
- C) em três anos, quanto aos atos de que decorram demissão, aposentadoria ou sua cassação e disponibilidade.
- D) em cento e oitenta dias, nos casos de que não decorram demissão, aposentadoria ou sua cassação e disponibilidade.
- E) em dois anos, quanto aos atos de que decorram demissão, aposentadoria ou sua cassação e disponibilidade.

Questão 05

A ação preventiva da defesa do meio ambiente, prevista na Constituição Federal, é

- A) a ação discriminatória.
- B) o mandado de injunção.
- C) a ação civil pública.
- D) o mandado de segurança
- E) o *habeas data*.

Questão 06

Assinale a alternativa **incorreta** para completar a frase: Ao servidor público estadual é proibido

- A) participar de diretoria, gerência, administração, Conselho Técnico ou Administrativo de empresa ou sociedade comercial ou industrial, enquanto na atividade.
- B) ser contratante de serviço público estadual.
- C) ser concessionário de serviço público estadual.
- D) ser fornecedor de equipamento ou de material de qualquer natureza ou espécie, a qualquer órgão estadual.
- E) participar de cooperativas e de associações de classe, na qualidade de dirigente ou de associado.

Questão 07

Examine as alternativas abaixo e assinale a **correta**.

- A) O processo administrativo deverá ser iniciado dentro do prazo de três dias, contados da designação dos membros da comissão, e deverá estar concluído no prazo de noventa dias, a contar do dia imediato da publicação, no órgão oficial, do ato de designação da comissão, prorrogável, sucessivamente, por períodos de trinta dias: nos casos de força maior, a juízo do Secretário ou do diretor autônomo, até o máximo de cento e cinquenta dias. A não observância desses prazos não implicará a nulidade do processo.
- B) O processo administrativo deverá ser iniciado dentro do prazo de cinco dias, contados da designação dos membros da comissão, e deverá estar concluído no prazo de cento e vinte dias, a contar do dia imediato da publicação, no órgão oficial, do ato de designação da comissão, prorrogável, sucessivamente, por períodos de sessenta dias: nos casos de força maior, a juízo do Secretário ou do diretor autônomo, até o máximo de cento e oitenta dias. A não observância desses prazos não implicará a nulidade do processo.
- C) O processo administrativo deverá ser iniciado dentro do prazo de três dias, contados da designação dos membros da comissão, e deverá estar concluído no prazo de noventa dias, a contar do dia imediato da publicação, no órgão oficial, do ato de designação da comissão, prorrogável, excepcionalmente, por um único período de trinta dias. A não observância desses prazos implicará a nulidade do processo.
- D) O processo administrativo deverá ser iniciado dentro do prazo de três dias, contados da designação dos membros da comissão, e deverá estar concluído no prazo de sessenta dias, a contar do dia imediato da publicação, no órgão oficial, do ato de designação da comissão, prorrogável, sucessivamente, por períodos de trinta dias: nos casos de força maior, a juízo do Secretário ou do diretor autônomo, até o máximo de cento e vinte dias. A não observância desses prazos implicará a nulidade do processo.
- E) O processo administrativo deverá ser iniciado dentro do prazo de cinco dias, contados da designação dos membros da comissão, e deverá estar concluído no prazo de sessenta dias, a contar do dia imediato da publicação, no órgão oficial, do ato de designação da comissão, prorrogável, sucessivamente, por períodos de trinta dias: nos casos de força maior, a juízo do Secretário ou do diretor autônomo, até o máximo de cento e vinte dias. A não observância desses prazos não implicará a nulidade do processo.

Questão 08

A Lei 17.314/2012 (Lei Estadual de Inovação) estabelece medidas de incentivo à inovação, à pesquisa e ao desenvolvimento científico e tecnológico, visando a alcançar a capacitação para a pesquisa científica, tecnológica, a inovação e a autonomia tecnológica no ambiente econômico e social, em geral, e no ambiente produtivo, em particular, do Estado do Paraná, nos termos dos artigos 200 a 205 da sua Constituição. Na aplicação dessa Lei, devem ser observadas as seguintes diretrizes:

- A) priorizar, nas regiões mais desenvolvidas do Estado, ações que visem a dotar as entidades integrantes do Sistema Paranaense de Inovação e o sistema produtivo de capacidade científica e tecnológica e recursos humanos adequados ao esforço de desenvolvimento sustentável.
- B) priorizar ações que visem a consolidar as entidades integrantes das cadeias e dos arranjos produtivos locais novos com capacidade científica e tecnológica e recursos humanos adequados ao esforço de desenvolvimento sustentável.
- C) assegurar tratamento prioritário apenas às micro e às pequenas empresas.
- D) dar tratamento preferencial, na aquisição de produtos e serviços pelo Poder Público Estadual, às empresas que invistam em pesquisa, desenvolvimento e inovação.
- E) dar preferência às empresas que invistam em pesquisa, desenvolvimento e inovação no Paraná, quando da aquisição de produtos e serviços pelo Poder Público Estadual.

Questão 09

A autarquia estadual X foi citada em ação de indenização por dano moral, no dia 01 de julho de 2013, segunda-feira, tendo sido o mandado juntado aos autos no mesmo dia. Para ser tempestiva sua defesa, deveria ter sido apresentada até

- A) 16 de julho de 2013, terça-feira.
- B) 31 de julho de 2013, quarta-feira.
- C) 12 de agosto de 2013, segunda-feira.
- D) 30 de agosto de 2013, sexta-feira.
- E) 02 de setembro de 2013, segunda-feira.

Questão 10

Um juiz pode ser responsabilizado por perdas e danos

- A) quando recusar, omitir ou retardar, sem justo motivo, providência que deva ordenar de ofício, ou a requerimento da parte, em dez dias do recebimento de reclamação.
- B) quando recusar, omitir ou retardar, sem justo motivo, providência que deva ordenar de ofício, ou a requerimento da parte, se cientificado do decêndio pelo escrivão.
- C) somente quando, no exercício de suas funções, proceder com dolo ou com fraude.
- D) apenas em ação de regresso movida pelo Estado que pagou a indenização.
- E) Nenhuma das alternativas acima é correta, pois é garantia da magistratura a incolumidade.

Questão 11

O instrumento constitucional que previne os administrados contra abuso de poder ou contra ato ilegal, em simetria com outro remédio constitucional, é

- A) a ação civil pública.
- B) o *habeas corpus*.
- C) o *habeas data*.
- D) a ação popular.
- E) a ação discriminatória.

Questão 12

Para retificar dados pessoais constantes de registros ou de bancos de dados, não podem ser utilizados

- A) o *habeas data*.
- B) o processo sigiloso judicial.
- C) o mandado de segurança.
- D) o processo sigiloso administrativo.
- E) os instrumentos previstos nas alternativas B e D.

Questão 13

Assinale a alternativa **correta**.

- A) O direito de representação perante o Tribunal de Contas é de exercício privativo dos sindicatos, dos partidos políticos e das associações.
- B) A coisa julgada administrativa ocasiona a definitividade das decisões administrativas.
- C) A consumação de processo de outorga não exige rito especial.
- D) Os atos de expediente exigem rito próprio previsto em lei.
- E) A prescrição administrativa diz respeito, unicamente, ao escoamento de prazo para a Administração.

Questão 14

Não detém legitimidade ativa para impetração de mandado de segurança coletivo

- A) entidade de classe.
- B) associação em funcionamento há mais de dez meses.
- C) associação legalmente constituída há mais de doze meses.
- D) organização sindical.
- E) partido político com representação no Congresso Nacional.

Questão 15

Os processos de mandado de segurança e os respectivos recursos terão prioridade sobre todos os atos judiciais, exceto

- A) mandado de injunção.
- B) *habeas data*.
- C) ação civil pública.
- D) *habeas corpus*.
- E) ação popular.

Questão 16

Uma vez julgado o mérito do mandado de segurança, o demandante pode desistir de recurso eventualmente interposto,

- A) mas a decisão recorrida será mantida intacta, pois não lhe será permitido desistir do processo, sobretudo quando a decisão lhe for desfavorável.
- B) apenas se houver anuência da autoridade apontada como coatora.
- C) e também do processo, mesmo se a decisão tiver sido desfavorável a ele.
- D) mas a desistência recursal dependerá do Ministério Público.
- E) Essa assertiva é falsa, pois o julgamento do mérito impede a desistência de recurso.

Questão 17

Havendo recusa no fornecimento de certidões para a defesa de direitos ou esclarecimento de situações de interesse pessoal, próprio ou de terceiros, ou informações de terceiros, o remédio constitucional apropriado é

- A) o *habeas data*.
- B) o *habeas corpus*.
- C) o mandado de segurança.
- D) o mandado de injunção.
- E) o recurso administrativo.

Questão 18

Para formular pedido voltado ao conhecimento de informações relativas à própria pessoa, o remédio constitucional a ser utilizado deverá ser:

- A) o *habeas data*.
- B) o *habeas corpus*.
- C) o mandado de segurança.
- D) o mandado de injunção.
- E) o recurso administrativo.

Questão 19

O princípio do controle jurisdicional imediato, previsto no art. 5º, XXXV, da Constituição Federal,

- A) não admite exceção, pois não existe instância administrativa de curso forçado no Brasil.
- B) é afastado pela exigência de depósito prévio como requisito de admissibilidade de ação judicial na qual se pretenda discutir a exigibilidade de crédito tributário.
- C) não se aplica nas hipóteses da impetração de *habeas data* e de ações relativas à disciplina esportiva e às competições desportivas.
- D) autoriza que o impetrante de *habeas data* não revele as causas do requerimento ou demonstre que as informações são imprescindíveis à defesa de eventual direito seu, pois o direito de acesso lhe é garantido, independentemente de motivação.
- E) foi derogado pela jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal.

Questão 20

A contratação, pela Administração, de empresa de arquitetura para a elaboração de maquete das instalações de uma autarquia federal

- A) exige prévio procedimento licitatório.
- B) prescinde de licitação, por se tratar de serviço técnico especializado.
- C) se enquadra nas hipóteses de inexigibilidade de licitação.
- D) só pode ser efetivada mediante concurso.
- E) se insere nas hipóteses em que a licitação é dispensável.

Questão 21

O instrumento constitucional de que dispõe qualquer pessoa para levar ao conhecimento dos poderes públicos fato ilegal ou abusivo, contrário ao interesse público, para que sejam tomadas as providências necessárias, é

- A) o mandado de segurança.
- B) o *habeas data*.
- C) o direito de petição.
- D) o *habeas corpus*.
- E) a correição.

Questão 22

Prescinde de assistência advocatícia

- A) o ajuizamento de *habeas data*.
- B) a impetração de mandado de segurança.
- C) a impetração de mandado de injunção.
- D) o ajuizamento de ação popular.
- E) o exercício do direito de petição.

Questão 23

Havendo negativa ao direito de o servidor público obter certidão perante a autoridade administrativa para requerer a sua aposentadoria, o instrumento adequado para obtê-la é

- A) o *habeas data*.
- B) a ação declaratória do direito de certidão.
- C) o mandado de segurança.
- D) o mandado de segurança preventivo.
- E) a reclamação.

Questão 24

As ações que visam a suprir uma omissão do legislador, diante da necessidade de regulamento do texto constitucional são

- A) a ação direta de inconstitucionalidade por omissão e o mandado de injunção.
- B) a ação declaratória de inconstitucionalidade e o mandado de injunção.
- C) o mandado de segurança e o mandado de injunção.
- D) a ação popular e o mandado de injunção.
- E) a ação civil pública e o mandado de injunção.

Questão 25

O procedimento de concorrência desdobra-se nas seguintes fases:

- A) edital, impugnação, habilitação, homologação e adjudicação.
- B) edital, habilitação, impugnação, defesa e julgamento.
- C) edital, classificação, julgamento, adjudicação e homologação.
- D) edital, habilitação, defesa, julgamento e adjudicação.
- E) edital, habilitação, classificação, homologação e adjudicação.

Questão 26

Nos termos do art. 11 da Lei 8.429/92, constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de

- A) imparcialidade, legalidade, moralidade e lealdade às instituições.
- B) honestidade, imparcialidade, legalidade e lealdade às instituições.
- C) legalidade, imparcialidade, publicidade e lealdade às instituições.
- D) honestidade, imparcialidade, legalidade e moralidade.
- E) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Questão 27

O mandado de segurança não pode ser utilizado contra

- A) ato administrativo de que caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independente de caução.
- B) ato disciplinar praticado por autoridade incompetente ou com inobservância de formalidade essencial.
- C) indeferimento de benefício que aproveite apenas aos delegados de polícia inativos (parte da categoria).
- D) ato lesivo de interesse pertencente a uma categoria, a um grupo ou a uma classe, sem que haja autorização expressa dos titulares dos direitos para a impetração pela associação.
- E) ato praticado por diretor de empresa pública.

Questão 28

A competência originária para julgar mandado de segurança impetrado contra ato do Presidente do Superior Tribunal de Justiça é

- A) de uma das turmas do Supremo Tribunal Federal.
- B) do pleno do Supremo Tribunal Federal.
- C) de uma das turmas do Superior Tribunal de Justiça.
- D) do pleno do Superior Tribunal de Justiça.
- E) do Conselho Nacional de Justiça.

Questão 29

Quanto à legitimidade em matéria de mandado de injunção, assinale a alternativa **incorreta**.

- A) No polo ativo, pode figurar qualquer pessoa física ou jurídica que se veja impossibilitada de exercer um determinado direito constitucional por falta de norma regulamentadora.
- B) No mandado de injunção coletivo, a legitimação pertence ao partido político com representação no Congresso Nacional e à organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há, pelo menos, 1 ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.
- C) No polo passivo, devem figurar os órgãos ou as autoridades públicas que têm a obrigação de legislar, mas estejam omissos quanto à elaboração da norma regulamentadora.
- D) Pode ser ajuizado pelo Ministério Público.
- E) No polo passivo, é admitida a formação de litisconsórcio, necessário ou facultativo, entre entes públicos e pessoas jurídicas de direito privado.

Questão 30

A cessão de uso de áreas do *campus* universitário de uma autarquia estadual para o estabelecimento de cantinas configura

- A) permissão de uso de bem público, que prescinde de licitação.
- B) concessão de uso de bem público, que não prescinde de licitação.
- C) autorização administrativa discricionária.
- D) ato de improbidade por configurar favorecimento pessoal.
- E) contrato de permissão precária de serviço público.

Questão 31

Sendo determinada, por ato unilateral e escrito da Administração, a rescisão de contrato administrativo por ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato, o contratado

- A) será ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, sem direito ao pagamento do custo de desmobilização.
- B) será ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito ao pagamento do custo de desmobilização.
- C) será ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, sem direito à devolução de garantia.
- D) somente terá direito a pagamentos devidos pela execução do ato até a data da rescisão.
- E) terá direito apenas à devolução de garantia.

Questão 32

A Administração poderá exigir prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras. Conforme previsto no art. 56 da Lei 8.666/93, essa garantia

- A) não excederá a 5% (cinco por cento) do valor do contrato e, se restituída, quando em fiança bancária, será atualizada monetariamente.
- B) poderá ser de até 10% (dez por cento) do valor do contrato para obras, serviços e fornecimentos de grande vulto envolvendo alta complexidade técnica, mesmo que não implique riscos financeiros consideráveis.
- C) será escolhida pela Administração, entre caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.
- D) será escolhida pelo contratado, entre caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.
- E) não poderá exceder a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, mesmo nos casos de contratos que importem na entrega de bens pela Administração, dos quais o contratado ficará depositário.

Questão 33

A natureza sancionatória da desapropriação urbanística, prevista no art. 182 da Constituição Federal, é revelada

- A) por ser efetuada com pagamento em dinheiro, parcelado até em dez anos, assegurado o valor real da desapropriação.
- B) por ser efetuada com pagamento mediante títulos de dívida pública de emissão previamente aprovada pela Câmara Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, sem assegurar o valor real da indenização.
- C) por ser efetuada com pagamento mediante títulos de dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.
- D) por ser efetuada com pagamento em dinheiro, sem assegurar o valor real e justo da indenização.
- E) por ser de competência exclusiva dos municípios.

Questão 34

O servidor público indiciado em processo administrativo disciplinar

- A) deverá ser intimado pessoalmente, apenas por via postal com aviso de recebimento.
- B) sofrerá os efeitos típicos da revelia, em especial o reconhecimento da verdade dos fatos, se desatender a intimação para apresentação de defesa.
- C) não sofrerá os efeitos típicos da revelia, em especial o reconhecimento da verdade dos fatos, se desatender a intimação para apresentação de defesa.
- D) não poderá ter sua situação agravada, caso interponha recurso contra a decisão.
- E) não poderá recorrer da decisão final, se não apresentar defesa após ser devidamente intimado, pois a ausência de defesa importa na renúncia a direitos.

Questão 35

A competência para legislar sobre licitação

- A) pertence exclusivamente à União.
- B) pode ser exercida, indiferentemente, pela União, pelos Estados, pelos Municípios e pelo Distrito Federal.
- C) é privativa da União, mas permite-se seu exercício, de forma restritiva e concorrente, pelos Estados e pelos Municípios.
- D) é privativa da União, mas permite-se seu exercício, de forma restritiva e concorrente, apenas pelos Estados.
- E) é privativa da União, mas permite-se seu exercício, de forma restritiva e concorrente, apenas pelos Municípios.

LÍNGUA PORTUGUESA

Assistência social: de ação individual a direito social

(Aldaíza Sposati)

1 A construção da assistência social como política pública no Brasil é um compromisso constitucional cuja concretização vem se arrastando há quase 20 anos. De fato, este é um tema com forte estigma desde sua nomenclatura. É interessante notar, porém, que muitos sugerem a mudança do seu nome para promoção, desenvolvimento, ação, inclusão, inserção, sempre apostos ao termo social. Chegam até a realizar a mudança da nomenclatura “assistência social” no órgão ou organização em que tem autoridade de gestão, mas não alteram seus procedimentos. Considero que são as heranças nos procedimentos da assistência social que devem ser rompidas e resignificadas sob novo paradigma, e não propriamente sua nomenclatura.

2 Em 50%, ou mais, dos municípios brasileiros, é ainda a esposa do prefeito a gestora da assistência social, acumulando, em 20% dos casos, a Presidência do Conselho Municipal de Assistência Social, órgão criado em atenção ao artigo 204 da CF-88 para proceder ao democrático controle social da gestão de um órgão e uma política que se quer pública.

3 As discussões e matérias atuais da mídia sobre programas governamentais de transferência de renda têm sido generosas em criticá-los, usando como argumento pejorativo o enquadramento como ações de assistência social, o que os tornaria instrumentos de dependência e assistencialismo.

4 Não está incorporado na nomenclatura “assistência social” o conteúdo de seguridade social que lhe foi atribuído na CF-88. Comentaristas de traço conservador — e mesmo aqueles que se reconhecem como de posições ideológicas mais à esquerda — caracterizam a assistência social como uma área subordinada à ordem econômica, substituta do trabalho, e não como pertencente à ordem social, portanto afiançadora de condições de defesa dos direitos próprios à defesa da dignidade humana.

5 A assistência social parece ser tratada com menos crítica, ou mais conforto, quando é comentada no âmbito das velhas práticas patrimoniais. Estas parecem ser inerentes às damas, principalmente as primeiras, como são denominadas as esposas de governantes eleitos em sociedades marcadas pelo sexismo ou pela hierarquia dominação/subordinação entre os gêneros masculino e feminino. Fica confortável, também, a ponderação sobre a assistência social quando colocada no âmbito da filantropia de patronos, eclesiais ou leigos, empresários ou benfeitores. Nas duas situações, ela parece perfeitamente harmoniosa e própria à relação onde o doador tutela ou subordina aquele que recebe a doação.

6 Reconhecer todos iguais perante a lei parece valer no Brasil — ainda que em parte — mais para situações do crime e da transgressão do que para a garantia de direitos sociais ou de cidadania. Nesse caso, o poder do dinheiro e o conseqüente acesso ao consumo de

serviços privados se colocam como valores que desvalorizam o vínculo entre cidadania e acesso aos serviços sociais públicos. Desmercadorizar a proteção social é apresentado como objetivo assistencialista e pejorativo ao desenvolvimento da nação. Alguns que se consideram mais à esquerda tratam a proteção social não contributiva como moeda compensatória à desqualificação do trabalho presente na lógica de produção capitalista.

7 Séculos de práticas sociais fragmentadas individualizadas tuteladoras que foram sendo designadas como de assistência social geram grande confusão no senso comum entre práticas assistencialistas e a proposição da política pública de assistência social presente na CF-88. Por decorrência, as práticas, públicas ou privadas, que têm sido apresentadas como de assistência social não coincidem com as referências a uma política de direitos de cidadania. De fato reside razão, em parte, a essa crítica por decorrência da presença persistente de costumes conservadores nas relações sociais no Brasil. O confronto deve ocorrer, porém, contra a presença do conservadorismo tutelador, mas não com a assistência social e seu potencial em provocar a extensão do acesso a direitos e reconhecimento de cidadania caso seja tratada como política pública de direitos à proteção social não contributiva.

(SPOSATI, A. Assistência social: de ação individual a direito social. In: *Revista Brasileira de Direito Constitucional* – RBDC n. 10 – jul./dez. 2007 435-436. Disponível em <http://www.esdc.com.br/RBDC/RBDC-10/RBDC-10-435-Aldaiza_Sposati.pdf>. Acessado em 19 de dezembro de 2013.)

Questão 36

Considere as seguintes afirmações sobre o texto.

- I. Segundo a autora do texto, muitos sugerem e até mudam a nomenclatura “assistência social”, porém não mudam seus procedimentos. Por isso, ela defende que é preciso mudar não apenas a nomenclatura “assistência social”, mas também as heranças nos procedimentos da assistência social.
- II. Segundo a autora, tanto no âmbito das velhas práticas patrimoniais quanto no âmbito da filantropia de patronos, eclesiais ou leigos, empresários ou benfeitores, a assistência social parece harmoniosa.
- III. Segundo a autora do texto, a confusão no senso comum entre práticas assistencialistas e a proposição da política pública de assistência social presente na Constituição Federal de 1988 é consequência de séculos de práticas sociais fragmentadas individualizadas tuteladoras que foram sendo designadas como de assistência social.

Agora assinale a alternativa **correta**.

- A) Apenas as afirmações I e II estão corretas.
- B) Apenas as afirmações I e III estão corretas.
- C) Apenas as afirmações II e III estão corretas.
- D) Todas as afirmações estão corretas.
- E) Todas as afirmações estão incorretas.

Questão 37

Considere as seguintes afirmações sobre o texto.

- I. Segundo a autora do texto, a mídia tem criticado bastante os programas governamentais de transferência de renda.
- II. Segundo a autora, o argumento pejorativo da mídia não torna os programas governamentais de transferência de renda instrumentos de dependência e assistencialismo.
- III. Segundo a autora do texto, comentaristas de traço conservador relacionam a assistência social à ordem econômica e não à ordem social que garante condições de defesa dos direitos próprios à defesa da dignidade humana.

Agora assinale a alternativa **correta**.

- A) Apenas as afirmações I e II estão corretas.
- B) Apenas as afirmações I e III estão corretas.
- C) Apenas as afirmações II e III estão corretas.
- D) Todas as afirmações estão corretas.
- E) Todas as afirmações estão incorretas.

Questão 38

Considere as seguintes afirmações sobre o texto.

- I. Segundo a autora do texto, a esposa do prefeito é a gestora da assistência social em 50% dos municípios brasileiros ou mais.
- II. Segundo a autora do texto, a Presidência do Conselho Municipal de Assistência Social é exercida pela esposa do prefeito em 50% dos municípios brasileiros.
- III. Segundo a autora do texto, as velhas práticas patrimoniais são inerentes às damas, pois elas concretizam a proposição da política pública de assistência social presente na CF-88.

Agora assinale a alternativa **correta**.

- A) Apenas a afirmação I está correta.
- B) Apenas a afirmação II está correta.
- C) Apenas a afirmação III está correta.
- D) Todas as afirmações estão corretas.
- E) Todas as afirmações estão incorretas.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Questão 39

As entidades que mantêm programa de acolhimento institucional poderão acolher crianças e adolescentes sem prévia determinação da autoridade competente, desde que seja em caráter excepcional e de urgência, conforme determina o artigo 93 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Nesse caso, a entidade terá até vinte e quatro horas para comunicar o fato

- A) ao Conselho Tutelar.
- B) ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- C) ao Ministério Público.
- D) ao Juiz da Infância e da Juventude.
- E) à Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente.

Questão 40

Entre os requisitos para a candidatura a membro do Conselho Tutelar estão

- A) residir no município e ter mais de 21 anos.
- B) residir no município e ser bacharel em direito.
- C) ter reconhecida idoneidade moral e ter mais de dois anos de experiência profissional.
- D) ter reconhecida idoneidade moral e ter mais de 18 anos.
- E) estar filiado a um partido político e ter mais de 21 anos.